BOCA
BOLETIM DE CONJUNTURA

# PRECARIZAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA REVISÃO TEÓRICA CRÍTICA

# PRECARIZATION, FLEXIBILIZATION AND INTENSIFICATION OF TEACHING WORK IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION: A CRITICAL THEORETICAL REVIEW

# PRECARIZACIÓN, FLEXIBILIZACIÓN E INTENSIFICACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR BRASILEÑA: UNA REVISIÓN TEÓRICA CRÍTICA

https://doi.org/10.56238/bocav25n80-009

**Data de submissão:** 07/06/2026 **Data de publicação:** 22/07/2026

**Elder Bruno Santos Viana**
Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Alfamérica
E-mail: onurbredle@gmail.com
Lattes: https://lattes.cnpq.br/6120067691336103

**Edileuza da Silva Torres**
Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-2516-962X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0763566662700303

**Edson Xavier dos Santos**
Mestre em Educação, Mestre em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior
Instituição: Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
E-mail: edsonxsantos@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0000-7378-0747
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2987557710103988

## RESUMO

As transformações ocorridas no ensino superior nas últimas décadas têm reconfigurado profundamente o trabalho docente, em um contexto marcado pela expansão da racionalidade neoliberal, pela adoção de modelos gerenciais de gestão universitária e pela crescente incorporação de tecnologias digitais às atividades acadêmicas. Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão teórica crítica, os processos de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente no ensino superior brasileiro, evidenciando seus fundamentos, manifestações e implicações para as condições de trabalho, a autonomia profissional e a função social da universidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise crítica da produção científica nacional e internacional, articulando referenciais clássicos e estudos contemporâneos sobre trabalho docente, produtivismo acadêmico, performatividade, plataformização e transformações digitais da educação superior. A revisão evidencia que a reorganização das universidades sob princípios de eficiência, competitividade e avaliação por desempenho tem ampliado a sobrecarga laboral,

diversificado as formas de contratação, intensificado as exigências de produtividade científica e reforçado mecanismos de controle institucional, produzindo impactos sobre a identidade profissional, a saúde dos docentes e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conclui-se que a precarização, a flexibilização e a intensificação constituem dimensões interdependentes de um processo estrutural de reorganização do trabalho acadêmico, exigindo políticas públicas e institucionais voltadas à valorização da carreira docente, ao fortalecimento da autonomia universitária e à promoção de condições dignas de trabalho diante dos desafios impostos pela transformação digital e pelas novas formas de governança da educação superior.

**Palavras-chave:** Trabalho Docente. Ensino Superior. Precarização do Trabalho. Intensificação do Trabalho. Produtivismo Acadêmico.

**ABSTRACT**

The transformations experienced by higher education over recent decades have profoundly reshaped teaching work within a context characterized by the expansion of neoliberal rationality, the adoption of managerial models of university governance, and the increasing incorporation of digital technologies into academic activities. In this context, this article aims to analyze, through a critical theoretical review, the processes of precarization, flexibilization, and intensification of teaching work in Brazilian higher education, discussing their foundations, manifestations, and implications for working conditions, professional autonomy, and the social role of the university. This qualitative bibliographic study is based on a critical analysis of national and international scientific literature, articulating classical theoretical frameworks with contemporary studies on teaching work, academic productivism, performativity, platformization, and the digital transformation of higher education. The literature analysis demonstrates that the reorganization of universities under principles of efficiency, competitiveness, and performance-based evaluation has increased workload, diversified employment arrangements, intensified demands for academic productivity, and strengthened institutional control mechanisms, producing significant impacts on professional identity, faculty well-being, and the quality of teaching, research, and extension activities. It is concluded that precarization, flexibilization, and work intensification constitute interdependent dimensions of a structural process of academic work reorganization, whose overcoming requires public and institutional policies committed to valuing the academic profession, strengthening university autonomy, and promoting decent working conditions in the face of the challenges imposed by digital transformation and new models of higher education governance.

**Keywords:** Teaching Work. Higher Education. Labor Precarization. Work Intensification. Academic Productivism.

**RESUMEN**

Las transformaciones experimentadas por la educación superior en las últimas décadas han reconfigurado profundamente el trabajo docente, en un contexto caracterizado por la expansión de la racionalidad neoliberal, la adopción de modelos gerenciales de gobernanza universitaria y la creciente incorporación de tecnologías digitales a las actividades académicas. En este contexto, este artículo tiene como objetivo analizar, a través de una revisión teórica crítica, los procesos de precarización, flexibilización e intensificación del trabajo docente en la educación superior brasileña, discutiendo sus fundamentos, manifestaciones e implicaciones para las condiciones de trabajo, la autonomía

profesional y el papel social de la universidad. Este estudio bibliográfico cualitativo se basa en un análisis crítico de la literatura científica nacional e internacional, articulando marcos teóricos clásicos con estudios contemporáneos sobre trabajo docente, productivismo académico, performatividad, plataformización y transformación digital de la educación superior. El análisis de la literatura demuestra que la reorganización de las universidades bajo principios de eficiencia, competitividad y evaluación basada en desempeño ha aumentado la carga de trabajo, diversificado los arreglos laborales, intensificado las demandas de productividad académica y fortalecido los mecanismos de control institucional, produciendo impactos significativos en la identidad profesional, el bienestar del profesorado y la calidad de las actividades de enseñanza, investigación y extensión. Se concluye que la precarización, flexibilización e intensificación del trabajo constituyen dimensiones interdependientes de un proceso estructural de reorganización del trabajo académico, cuya superación requiere políticas públicas e institucionales comprometidas con la valorización de la profesión académica, el fortalecimiento de la autonomía universitaria y la promoción de condiciones laborales dignas frente a los desafíos impuestos por la transformación digital y los nuevos modelos de gobernanza de la educación superior.

**Palabras clave:** Trabajo Docente. Educación Superior. Precarización Laboral. Intensificación del Trabajo. Productivismo Académico.

## 1 INTRODUÇÃO

As profundas transformações econômicas, políticas, tecnológicas e sociais ocorridas nas últimas décadas redefiniram significativamente o papel das instituições de ensino superior e, consequentemente, a organização do trabalho docente. Inseridas em um contexto marcado pela globalização, pela economia do conhecimento, pela expansão das tecnologias digitais e pela consolidação de políticas orientadas pela racionalidade neoliberal, as universidades passaram a incorporar novos modelos de gestão fundamentados em princípios de eficiência, competitividade, responsabilização e avaliação por desempenho (BALL, 2021; ANTUNES, 2020; ROBERTSON; KOMLJENOVIC, 2023). Essas mudanças alteraram não apenas os processos administrativos das instituições, mas também a natureza, a organização e as condições de realização do trabalho acadêmico.

No cenário internacional, a literatura tem demonstrado que a universidade contemporânea vem sendo progressivamente influenciada pelos pressupostos da Nova Gestão Pública (New Public Management), fenômeno que aproxima a administração universitária das práticas de governança típicas do setor empresarial (BALL, 2021). Como consequência, observa-se a expansão de mecanismos de avaliação baseados em indicadores quantitativos, sistemas de ranqueamento institucional, métricas de produtividade científica e estratégias voltadas à internacionalização da pesquisa (WILLIAMSON; BAYNE; SHAY, 2020; ROBERTSON; KOMLJENOVIC, 2023). Embora tais instrumentos tenham contribuído para ampliar a produção científica e fortalecer a inserção internacional das universidades, também produziram novas formas de regulação do trabalho docente, intensificando processos de responsabilização individual, competição acadêmica e controle institucional (BALL, 2021).

No Brasil, essas transformações repercutem diretamente sobre a atividade docente. O professor universitário passou a desempenhar um conjunto crescente de atribuições que extrapolam as funções tradicionalmente associadas ao ensino e à pesquisa, incorporando responsabilidades relacionadas à extensão universitária, à inovação, à gestão acadêmica, à captação de recursos, à internacionalização, à produção científica contínua e ao atendimento de exigências impostas por sistemas nacionais de avaliação (PIMENTA; ANASTASIOU, 2014; SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2022). Esse processo ampliou significativamente a complexidade da atividade docente e modificou a própria identidade profissional construída historicamente no âmbito da universidade.

A literatura nacional e internacional evidencia que tais mudanças encontram-se estreitamente relacionadas aos processos de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente. A precarização manifesta-se por meio da fragilização das condições de trabalho, da ampliação da insegurança profissional, da segmentação das carreiras e da crescente vulnerabilidade das relações de emprego (DRUCK, 2021; OLIVEIRA, 2004). A flexibilização, por sua vez, expressa-se tanto na diversificação das formas de contratação quanto na ampliação das competências exigidas dos docentes, requerendo permanente adaptação às mudanças institucionais e tecnológicas (ANTUNES, 2020; DRUCK, 2021). Já a intensificação do trabalho caracteriza-se pelo aumento contínuo da carga de atividades, da pressão por produtividade científica, da expansão das responsabilidades administrativas e da incorporação de novas tecnologias que tornam cada vez mais tênues as fronteiras entre tempo de trabalho e vida privada (DALL ROSSO, 2008; MANCEBO, 2023).

Nos últimos anos, novos elementos passaram a integrar esse debate. A consolidação da cultura da performatividade, a expansão do capitalismo acadêmico (academic capitalism), a crescente dataficação da educação superior, a plataformização das atividades universitárias e o avanço da inteligência artificial generativa vêm redefinindo os processos de produção, circulação e avaliação do conhecimento científico (BALL, 2021; WILLIAMSON; BAYNE; SHAY, 2020; ROBERTSON; KOMLJENOVIC, 2023). Paralelamente, a experiência decorrente da pandemia da COVID-19 acelerou processos de digitalização do trabalho docente, intensificando a utilização de plataformas virtuais, sistemas informatizados de gestão acadêmica e ambientes digitais de aprendizagem, cujos efeitos permanecem influenciando a organização do trabalho universitário mesmo após o retorno das atividades presenciais (UNESCO, 2021; ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2022).

Embora exista expressiva produção científica sobre trabalho docente no ensino superior, observa-se que grande parte dos estudos concentra-se na análise isolada de fenômenos específicos, como precarização, intensificação, saúde ocupacional ou produtivismo acadêmico (MANCEBO, 2023; SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2022). Ainda são relativamente escassas revisões teóricas que articulem criticamente essas diferentes dimensões à luz das transformações contemporâneas da universidade, incorporando debates recentes sobre gerencialismo, transformação digital, inteligência artificial, governança por dados e novas formas de organização do trabalho acadêmico (BALL, 2021; WILLIAMSON; BAYNE; SHAY, 2020). Essa lacuna evidencia a necessidade de atualizar e integrar a

produção científica disponível, permitindo uma compreensão mais abrangente das mudanças em curso no ensino superior brasileiro.

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte questão de pesquisa: como a produção científica tem interpretado os processos de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente no ensino superior brasileiro diante das transformações organizacionais, tecnológicas e políticas que caracterizam a universidade contemporânea?

Com o propósito de responder a essa questão, o estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão teórica crítica, os processos de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente no ensino superior brasileiro, discutindo seus fundamentos, manifestações e implicações para as condições de trabalho, a autonomia profissional e a função social da universidade diante dos desafios impostos pela transformação digital e pelas novas formas de governança da educação superior.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na análise crítica da literatura nacional e internacional produzida sobre a temática. A revisão articula autores clássicos do campo do trabalho e da educação com estudos contemporâneos dedicados às transformações do trabalho acadêmico, buscando identificar convergências, avanços teóricos, lacunas investigativas e tendências emergentes no debate científico.

O artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica, discutindo as transformações contemporâneas do trabalho docente, os processos de precarização, flexibilização e intensificação, bem como os desafios decorrentes da plataformização, da inteligência artificial e das novas formas de governança universitária. Em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados na revisão da literatura. Posteriormente, desenvolvem-se as discussões críticas sobre a produção científica analisada, evidenciando as principais convergências, tensões e perspectivas identificadas na literatura. Por fim, apresentam-se as considerações finais, destacando as contribuições do estudo, suas limitações e as agendas de pesquisa que se mostram promissoras para o aprofundamento das investigações sobre o trabalho docente no ensino superior.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

O trabalho docente no ensino superior brasileiro ocupa posição estratégica na produção e na difusão do conhecimento científico, na formação de profissionais e na promoção do desenvolvimento social. Entretanto, a atividade docente tem sido profundamente reconfigurada pelas transformações econômicas, políticas e tecnológicas que marcaram as últimas décadas, especialmente em decorrência da consolidação de políticas orientadas pela racionalidade neoliberal e pela incorporação de princípios gerenciais à administração das instituições de ensino superior. Nesse cenário, a docência universitária passou a ser atravessada por novas formas de organização do trabalho que modificaram não apenas as atribuições profissionais dos docentes, mas também as relações entre universidade, Estado e sociedade.

A compreensão dessas mudanças pressupõe reconhecer que o trabalho constitui uma categoria fundante da existência humana. Na perspectiva histórico-crítica, o trabalho representa o processo pelo qual os indivíduos produzem sua própria existência ao transformar a natureza e, simultaneamente, a si mesmos. Como assinala Saviani (2007), educação e trabalho mantêm uma relação histórica indissociável, uma vez que a formação humana ocorre no próprio processo de produção da vida social. Essa concepção permite compreender o trabalho docente como uma atividade que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, assumindo papel fundamental na produção do conhecimento, na formação cidadã e na reprodução crítica da cultura.

Todavia, as mudanças observadas no mundo do trabalho desde o final do século XX alteraram significativamente a organização das instituições de ensino superior. A reestruturação produtiva do capitalismo, caracterizada pela flexibilização das relações de trabalho, pela incorporação intensiva de tecnologias da informação e pela valorização da competitividade, alcançou também o espaço universitário. Nesse contexto, reformas educacionais inspiradas nos pressupostos da Nova Gestão Pública introduziram mecanismos de planejamento estratégico, avaliação por desempenho, responsabilização institucional (accountability) e controle por indicadores, aproximando a gestão universitária da lógica empresarial (Ball, 2021; Robertson; Komljenovic, 2023).

Essas transformações produziram uma mudança significativa na identidade profissional do docente universitário. Tradicionalmente vinculado às atividades de ensino e pesquisa, o professor passou a desempenhar um conjunto cada vez mais amplo de funções, incluindo orientação acadêmica, extensão universitária, inovação tecnológica, internacionalização, gestão administrativa, elaboração de

projetos, captação de recursos, participação em órgãos colegiados e atendimento às demandas de sistemas nacionais e internacionais de avaliação. Essa ampliação das responsabilidades caracteriza um processo de multifuncionalidade que redefine o cotidiano do trabalho acadêmico e amplia sua complexidade.

A literatura contemporânea tem demonstrado que essa reorganização institucional não decorre apenas de mudanças administrativas, mas expressa um novo paradigma de regulação da educação superior. De acordo com Williamson, Bayne e Shay (2020), a crescente digitalização das universidades, intensificada pela pandemia de COVID-19, acelerou processos de transformação que já estavam em curso, consolidando novas formas de gestão do trabalho docente mediadas por plataformas digitais, sistemas de monitoramento e ambientes virtuais de aprendizagem. Embora tais tecnologias tenham ampliado possibilidades de ensino, pesquisa e colaboração científica, também contribuíram para intensificar o ritmo de trabalho, reduzir as fronteiras entre vida profissional e pessoal e ampliar a disponibilidade permanente exigida dos docentes.

Nesse contexto, a pandemia representou um marco importante na reorganização do trabalho acadêmico. A rápida migração para o ensino remoto emergencial exigiu que professores desenvolvessem novas competências tecnológicas em curto espaço de tempo, adaptassem metodologias de ensino, reorganizassem processos avaliativos e mantivessem atividades de orientação, pesquisa e gestão institucional em ambiente virtual. Estudos realizados após esse período demonstram que essas mudanças ampliaram significativamente a carga de trabalho, contribuindo para o aumento dos níveis de estresse, ansiedade e exaustão entre docentes do ensino superior (UNESCO, 2021; Organização Internacional do Trabalho, 2022).

Outro ponto relevante refere-se à crescente influência da cultura da performatividade sobre o trabalho acadêmico. Conforme discutido por Ball (2021), as instituições educacionais passaram a organizar suas práticas a partir de indicadores quantitativos de desempenho, deslocando parte significativa das atividades docentes para o atendimento de metas relacionadas à produtividade científica, impacto de publicações, captação de recursos e posicionamento em rankings nacionais e internacionais. Essa lógica contribui para redefinir prioridades institucionais, favorecendo processos de competição interna e modificando critérios tradicionalmente associados à qualidade acadêmica.

No contexto brasileiro, pesquisas recentes têm evidenciado que essas mudanças vêm sendo acompanhadas pelo fortalecimento do produtivismo acadêmico, fenômeno caracterizado pela crescente valorização da quantidade de publicações, da participação em redes internacionais e da

obtenção de financiamentos como critérios centrais de reconhecimento profissional. Embora tais mecanismos tenham contribuído para a expansão da produção científica nacional, diversos estudos apontam que eles também provocaram efeitos adversos sobre as condições de trabalho, estimulando jornadas prolongadas, intensificação das atividades intelectuais e redução do tempo destinado ao planejamento pedagógico, à reflexão crítica e ao desenvolvimento de pesquisas de longo prazo (Sguissardi; Silva Júnior, 2022; Mancebo, 2023).

Essa reconfiguração do trabalho docente evidencia a consolidação de um modelo universitário orientado por princípios de eficiência, desempenho e competitividade, no qual a produção de conhecimento passa a ser frequentemente mensurada por indicadores quantitativos. Como observa Antunes (2020), a expansão das formas contemporâneas de exploração do trabalho intelectual demonstra que as transformações do capitalismo não se restringem ao setor industrial, alcançando também profissões altamente qualificadas, como a docência universitária. Nesse cenário, o conhecimento transforma-se simultaneamente em bem público e recurso estratégico para a economia, submetendo o trabalho intelectual a mecanismos cada vez mais sofisticados de controle e avaliação.

Além da ampliação das exigências institucionais, observa-se uma crescente diversificação das formas de contratação e organização do trabalho nas instituições de ensino superior. A coexistência de docentes efetivos, temporários, substitutos e contratados por diferentes regimes jurídicos evidencia uma heterogeneidade crescente das relações de trabalho, produzindo condições distintas de estabilidade, remuneração, desenvolvimento profissional e participação na vida universitária. Embora essa diversidade responda, em parte, às necessidades organizacionais das instituições, ela também revela tendências de flexibilização que repercutem diretamente sobre a carreira docente e sobre a qualidade das condições de trabalho.

Do ponto de vista da formação profissional, permanece atual a reflexão de Pimenta e Anastasiou (2014) ao destacar que a docência universitária exige competências que extrapolam o domínio do conhecimento específico da área de atuação. Ensinar no ensino superior implica articular saberes científicos, pedagógicos, éticos e políticos em um contexto institucional marcado por demandas cada vez mais complexas. Entretanto, a formação inicial dos docentes continua predominantemente centrada na especialização disciplinar, oferecendo poucas oportunidades de desenvolvimento sistemático das competências pedagógicas necessárias ao exercício da docência universitária. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente diante das transformações tecnológicas, metodológicas e organizacionais que caracterizam a educação superior contemporânea.

Assim, compreender o trabalho docente na atualidade exige reconhecer que sua complexidade resulta da convergência entre transformações estruturais do mundo do trabalho, mudanças nas políticas educacionais e redefinições do papel social das universidades. A ampliação das responsabilidades profissionais, a incorporação de mecanismos gerenciais, a intensificação da cultura da avaliação e a crescente digitalização das atividades acadêmicas configuram um novo cenário para a docência universitária. É nesse contexto que emergem, de forma mais evidente, os processos de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente, que serão discutidos nas subseções seguintes como expressões interdependentes das transformações contemporâneas das relações de trabalho no ensino superior.

## 2.2 PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

As transformações observadas nas relações de trabalho nas últimas décadas produziram mudanças significativas na organização do trabalho docente no ensino superior, tornando os processos de precarização e flexibilização elementos centrais para a compreensão da realidade vivenciada pelos professores universitários. Embora tais fenômenos não sejam exclusivos do campo educacional, sua incorporação às instituições de ensino superior revela uma reconfiguração das formas de gestão acadêmica e das políticas educacionais, influenciada pela racionalidade neoliberal e pela crescente adoção de práticas gerenciais voltadas à eficiência, à redução de custos e ao aumento da produtividade institucional.

A precarização do trabalho constitui um processo histórico e multidimensional que ultrapassa a simples deterioração das condições materiais de trabalho. Conforme argumenta Druck (2021), a precarização representa uma estratégia estrutural do capitalismo contemporâneo, caracterizada pela ampliação da insegurança laboral, pela fragilização dos direitos sociais, pela instabilidade das relações de emprego e pela intensificação dos mecanismos de controle sobre o trabalhador. Nessa perspectiva, a precarização não se restringe às formas contratuais, mas afeta também a autonomia profissional, as possibilidades de desenvolvimento da carreira, a saúde física e mental dos trabalhadores e a própria identidade construída em torno do trabalho.

No ensino superior, esse processo manifesta-se de maneira particular em razão das especificidades da atividade docente. Historicamente, a universidade foi concebida como espaço de produção crítica do conhecimento, sustentada por princípios de autonomia científica, liberdade

acadêmica e compromisso social. Contudo, as reformas educacionais implementadas a partir da década de 1990 promoveram mudanças significativas na forma de organização das instituições de ensino superior, aproximando sua gestão dos modelos empresariais baseados em metas, indicadores de desempenho e racionalização administrativa. Essa reorganização alterou as condições de exercício da docência e ampliou mecanismos de controle institucional sobre o trabalho acadêmico.

Nesse contexto, a flexibilização das relações de trabalho passou a ocupar posição estratégica nas políticas de gestão de pessoal das instituições de ensino superior. Sob a justificativa de conferir maior eficiência administrativa e capacidade de adaptação às demandas educacionais, expandiram-se diferentes modalidades de contratação temporária, regimes de dedicação diferenciados e vínculos profissionais marcados por maior instabilidade. Embora tais mecanismos sejam frequentemente apresentados como instrumentos de modernização da gestão universitária, diversos estudos demonstram que sua expansão tem contribuído para reduzir a estabilidade funcional, dificultar o planejamento de longo prazo e ampliar a vulnerabilidade dos docentes (Druck, 2021; Antunes, 2020).

Autores como Antunes (2020) destacam que a flexibilização das relações de trabalho constitui uma das principais expressões da nova morfologia do trabalho no capitalismo contemporâneo. Segundo o autor, a busca permanente por redução de custos e aumento da competitividade estimula formas cada vez mais flexíveis de contratação, transferindo ao trabalhador parcela crescente dos riscos inerentes às relações de emprego. No ambiente universitário, essa lógica manifesta-se por meio da ampliação de contratos temporários, da rotatividade docente, da intensificação da avaliação por desempenho e da crescente exigência de adaptação às mudanças institucionais.

A literatura recente demonstra que a flexibilização do trabalho docente não deve ser interpretada apenas como alteração jurídica dos vínculos empregatícios. Trata-se de um processo mais amplo que envolve a reorganização das práticas acadêmicas, a redefinição das responsabilidades profissionais e a incorporação de mecanismos permanentes de monitoramento do desempenho institucional. Conforme Ball (2021), a cultura da performatividade transforma indicadores quantitativos em instrumentos centrais de regulação das atividades docentes, produzindo novas formas de responsabilização individual e reorganizando os critérios de reconhecimento profissional no interior das universidades.

Outro aspecto relevante refere-se à crescente heterogeneidade das condições de trabalho entre docentes vinculados à mesma instituição. A coexistência de diferentes regimes de contratação produz assimetrias quanto à estabilidade, remuneração, acesso à pesquisa, oportunidades de qualificação,

participação em órgãos colegiados e perspectivas de progressão na carreira. Essa segmentação da força de trabalho docente tende a fragmentar as relações coletivas, dificultando processos de organização profissional e ampliando desigualdades internas entre professores que desempenham funções semelhantes.

Além da flexibilização contratual, observa-se uma ampliação das formas de flexibilização funcional, caracterizadas pela exigência de múltiplas competências e pela diversificação permanente das atribuições docentes. O professor universitário contemporâneo deixou de desempenhar exclusivamente atividades relacionadas ao ensino e à pesquisa para assumir responsabilidades vinculadas à gestão acadêmica, internacionalização, inovação, extensão, captação de recursos, produção de indicadores institucionais e utilização intensiva de tecnologias digitais. Essa multiplicidade de funções amplia significativamente a complexidade do trabalho e favorece processos contínuos de sobrecarga profissional.

As transformações digitais intensificaram ainda mais esse cenário. A expansão dos ambientes virtuais de aprendizagem, das plataformas institucionais, dos sistemas eletrônicos de gestão acadêmica e dos mecanismos digitais de avaliação ampliou as possibilidades de interação entre docentes e estudantes, mas também aumentou o número de demandas administrativas e pedagógicas realizadas fora da jornada formal de trabalho. Pesquisas recentes indicam que a conectividade permanente passou a integrar a rotina acadêmica, reduzindo as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de descanso e contribuindo para novas formas de intensificação do trabalho intelectual (Williamson; Bayne; Shay, 2020).

No contexto pós-pandemia, diversos estudos identificaram que muitas das práticas adotadas durante o ensino remoto permaneceram incorporadas às rotinas universitárias, consolidando modelos híbridos de trabalho e ampliando expectativas institucionais relacionadas à disponibilidade contínua dos docentes. A Organização Internacional do Trabalho (2022) e a UNESCO (2021) apontam que essa transformação provocou alterações significativas na organização do trabalho educacional, evidenciando a necessidade de revisão das políticas institucionais voltadas à proteção das condições de trabalho e à promoção da saúde ocupacional dos professores.

Outro elemento que reforça os processos de precarização refere-se ao financiamento da educação superior. A literatura nacional tem demonstrado que períodos de restrição orçamentária tendem a produzir impactos diretos sobre as condições de trabalho docente, estimulando a contenção de concursos públicos, a ampliação de vínculos temporários, a redução de investimentos em

infraestrutura e a sobrecarga das equipes acadêmicas. Nesse cenário, a busca por maior eficiência administrativa frequentemente desloca para os docentes responsabilidades decorrentes das limitações institucionais, intensificando processos de desgaste profissional e comprometendo a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Do ponto de vista da autonomia universitária, a precarização também produz efeitos significativos. A instabilidade das relações de trabalho, associada à crescente valorização de indicadores de desempenho, tende a limitar a liberdade acadêmica, favorecendo comportamentos orientados pela obtenção de resultados mensuráveis em detrimento de pesquisas de longo prazo, abordagens inovadoras ou temas socialmente relevantes que não necessariamente apresentam retorno imediato em termos de produtividade científica. Assim, a lógica gerencial passa a influenciar não apenas a organização do trabalho, mas também os próprios processos de produção do conhecimento.

Diante desse cenário, torna-se evidente que precarização e flexibilização constituem processos interdependentes, inseridos em uma dinâmica mais ampla de reorganização das relações de trabalho no ensino superior. Longe de representar apenas adaptações administrativas, tais transformações expressam mudanças estruturais na forma como a atividade docente é concebida, organizada e avaliada. A expansão de vínculos flexíveis, a fragmentação da carreira, a intensificação das exigências institucionais e a ampliação dos mecanismos de controle evidenciam uma reconfiguração do trabalho docente que ultrapassa a esfera individual, produzindo impactos sobre a qualidade da educação superior, sobre a saúde dos professores e sobre a própria função social da universidade.

Essa discussão conduz diretamente ao debate sobre a intensificação do trabalho docente. Se a precarização e a flexibilização redefinem as condições sob as quais o trabalho é realizado, a intensificação representa o modo pelo qual essas mudanças se materializam no cotidiano profissional, ampliando o ritmo, a complexidade e o volume das atividades desenvolvidas pelos docentes. É essa dimensão que será discutida na subseção seguinte.

## 2.3 INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE, PRODUTIVISMO ACADÊMICO E SAÚDE DO PROFESSOR

A intensificação do trabalho docente constitui uma das manifestações mais expressivas das transformações ocorridas no ensino superior contemporâneo. Embora esteja diretamente relacionada aos processos de precarização e flexibilização das relações de trabalho, a intensificação possui características próprias, associadas à ampliação contínua das demandas profissionais, ao aumento do

ritmo de trabalho e à incorporação de novas responsabilidades que extrapolam significativamente as atividades tradicionalmente atribuídas à docência universitária. Trata-se de um fenômeno que modifica não apenas a quantidade de trabalho realizada, mas também sua organização, seus objetivos e seus impactos sobre a vida dos professores.

Na literatura brasileira, Dall Rosso (2008) consolidou importante contribuição ao definir a intensificação do trabalho como o aumento do dispêndio de energia física, intelectual e emocional realizado pelo trabalhador em um mesmo intervalo de tempo. Diferentemente da simples ampliação da jornada laboral, a intensificação corresponde ao aumento da densidade do trabalho desenvolvido, exigindo maior concentração, maior velocidade na execução das atividades e maior envolvimento cognitivo e emocional. No caso da docência universitária, essa concepção revela-se particularmente pertinente, uma vez que o trabalho intelectual caracteriza-se pela produção de conhecimento, pela mediação pedagógica e pela permanente necessidade de atualização científica.

Todavia, o cenário contemporâneo exige ampliar essa compreensão. O trabalho docente universitário deixou de estar restrito às atividades de ensino e pesquisa para incorporar um conjunto crescente de funções relacionadas à gestão acadêmica, à internacionalização, à inovação tecnológica, à elaboração de projetos de pesquisa, à captação de recursos, à orientação de estudantes em diferentes níveis de formação, à participação em comissões institucionais, à produção de indicadores de desempenho e ao atendimento das exigências dos sistemas nacionais e internacionais de avaliação. Essa expansão funcional transformou profundamente a organização do trabalho acadêmico, tornando a intensificação um elemento permanente da rotina docente.

Nesse contexto, o produtivismo acadêmico emerge como uma das principais expressões da intensificação do trabalho intelectual. A crescente valorização de indicadores quantitativos relacionados à produção científica, ao impacto de publicações, ao número de orientações concluídas, à participação em redes internacionais e à obtenção de financiamento para pesquisas passou a influenciar diretamente os processos de reconhecimento profissional e progressão na carreira docente. Embora tais mecanismos tenham contribuído para o fortalecimento da pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento, também consolidaram uma cultura institucional orientada pela lógica da produtividade permanente.

Ball (2021) argumenta que a expansão da cultura da performatividade promove uma mudança significativa na forma como o trabalho educacional é regulado. Nesse modelo, indicadores de desempenho deixam de ser apenas instrumentos de avaliação para se tornarem mecanismos de controle

da atividade profissional, influenciando prioridades institucionais, redefinindo critérios de excelência acadêmica e estimulando processos permanentes de comparação entre indivíduos e instituições. A produção científica passa, assim, a ser frequentemente mensurada por métricas quantitativas que nem sempre conseguem refletir a complexidade e a relevância social do conhecimento produzido.

No contexto brasileiro, Sguissardi e Silva Júnior (2022) observam que a consolidação da cultura do publish or perish ("publicar ou perecer") intensificou significativamente o cotidiano dos docentes universitários. A pressão pela publicação contínua em periódicos de elevado impacto, pela participação em eventos científicos internacionais, pela formação de redes colaborativas e pela obtenção de recursos para pesquisa ampliou substancialmente a carga de trabalho intelectual. Como consequência, muitos professores passaram a desenvolver atividades acadêmicas fora da jornada formal de trabalho, utilizando finais de semana, períodos de férias e horários tradicionalmente destinados ao descanso para atender às demandas institucionais.

Essa dinâmica revela uma característica particular da intensificação do trabalho intelectual: a dificuldade de estabelecer limites claros entre tempo de trabalho e tempo de vida privada. Diferentemente de outras atividades profissionais, o trabalho docente frequentemente continua sendo desenvolvido em ambientes domésticos por meio da leitura de artigos científicos, preparação de aulas, elaboração de pareceres, orientação de estudantes, resposta a mensagens eletrônicas e produção de textos acadêmicos. A expansão das tecnologias digitais e dos dispositivos móveis contribuiu para ampliar essa disponibilidade permanente, tornando o professor continuamente acessível às demandas institucionais.

A digitalização do ensino superior intensificou ainda mais esse processo. O crescimento dos ambientes virtuais de aprendizagem, dos sistemas informatizados de gestão acadêmica, das plataformas de videoconferência e dos repositórios digitais ampliou significativamente as possibilidades de interação entre professores, estudantes e instituições. Contudo, conforme destacam Williamson, Bayne e Shay (2020), essas tecnologias também modificaram profundamente a organização temporal do trabalho docente, favorecendo a ampliação da conectividade permanente e a incorporação de novas atividades administrativas e pedagógicas realizadas fora dos limites tradicionais da jornada laboral.

A experiência vivenciada durante a pandemia da COVID-19 evidenciou de forma particularmente intensa essas transformações. A adoção emergencial do ensino remoto exigiu rápida adaptação metodológica, domínio de ferramentas tecnológicas, reorganização dos processos

avaliativos e manutenção simultânea das atividades de pesquisa, extensão e gestão universitária. Estudos produzidos pela UNESCO (2021) e pela Organização Internacional do Trabalho (2022) indicam que esse período foi acompanhado por aumento expressivo da sobrecarga profissional, do desgaste emocional e da percepção de intensificação do trabalho entre docentes do ensino superior. Embora muitas das medidas adotadas fossem inicialmente transitórias, diversas práticas permaneceram incorporadas ao cotidiano universitário, consolidando modelos híbridos de trabalho que continuam exigindo elevada disponibilidade dos professores.

As repercussões da intensificação do trabalho sobre a saúde docente têm ocupado posição central nas pesquisas recentes. Diversos estudos nacionais e internacionais demonstram associação entre o aumento das demandas profissionais e o crescimento de problemas relacionados ao estresse ocupacional, ansiedade, depressão, exaustão emocional, distúrbios do sono e síndrome de burnout. O adoecimento docente não decorre exclusivamente do volume de trabalho realizado, mas da combinação entre elevada exigência institucional, redução da autonomia profissional, pressão por resultados, insegurança laboral e dificuldade de conciliar responsabilidades profissionais e vida pessoal.

Além dos impactos individuais, a intensificação do trabalho também produz consequências relevantes para a qualidade da educação superior. A sobrecarga permanente tende a reduzir o tempo disponível para planejamento pedagógico, atualização científica, desenvolvimento de pesquisas de longo prazo e participação em atividades coletivas de reflexão acadêmica. Em muitos casos, a necessidade de responder simultaneamente a múltiplas demandas institucionais favorece a fragmentação do trabalho docente, comprometendo processos de inovação pedagógica e aprofundamento teórico que exigem tempo, concentração e condições adequadas para sua realização.

Outro aspecto frequentemente destacado pela literatura refere-se à crescente individualização das responsabilidades profissionais. A lógica gerencial tende a atribuir ao docente a responsabilidade exclusiva pelo alcance de metas institucionais, desconsiderando condicionantes estruturais relacionados ao financiamento da educação superior, às condições de infraestrutura, à disponibilidade de recursos humanos e às desigualdades existentes entre instituições e áreas do conhecimento. Esse processo reforça mecanismos de responsabilização individual que ampliam sentimentos de insuficiência profissional e intensificam a competição entre docentes.

Ao mesmo tempo, a literatura recente aponta que a intensificação do trabalho docente não deve ser analisada apenas sob a perspectiva dos seus efeitos negativos. O reconhecimento de sua

complexidade permite compreender que a valorização da pesquisa, da inovação e da internacionalização constitui elemento importante para o fortalecimento das universidades e da produção científica. O desafio consiste em construir políticas institucionais capazes de conciliar elevados padrões de qualidade acadêmica com condições de trabalho que respeitem os limites humanos da atividade docente, preservem a autonomia universitária e promovam ambientes laborais saudáveis.

Assim, a intensificação do trabalho docente configura-se como um fenômeno multifacetado, resultante da convergência entre transformações econômicas, tecnológicas, organizacionais e políticas que atravessam o ensino superior contemporâneo. Mais do que o aumento do volume de atividades, ela representa uma profunda reorganização da própria natureza do trabalho acadêmico, marcada pela ampliação das exigências institucionais, pela valorização da produtividade, pela incorporação intensiva de tecnologias digitais e pela crescente pressão por desempenho. Compreender essas dinâmicas é fundamental para interpretar os desafios enfrentados pelos docentes na contemporaneidade e para subsidiar a formulação de políticas públicas e institucionais voltadas à valorização da carreira docente e ao fortalecimento da universidade como espaço de produção crítica do conhecimento.

## 2.4 PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS E DESAFIOS PARA A VALORIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

A literatura contemporânea demonstra que as transformações ocorridas no ensino superior nas últimas décadas ultrapassam mudanças pontuais na organização das universidades, configurando um processo estrutural de redefinição do trabalho docente. A incorporação de princípios gerenciais à administração universitária, associada à expansão das tecnologias digitais, à intensificação dos mecanismos de avaliação e à crescente valorização de indicadores quantitativos de desempenho, alterou profundamente as condições sob as quais a docência universitária é desenvolvida. Nesse cenário, precarização, flexibilização e intensificação deixam de representar fenômenos isolados e passam a constituir dimensões interdependentes de uma mesma dinâmica de reorganização das relações de trabalho no ensino superior.

Embora os sistemas de avaliação institucional tenham contribuído para o fortalecimento da pesquisa científica, da internacionalização e da expansão da pós-graduação brasileira, observa-se que sua consolidação também produziu efeitos contraditórios sobre o cotidiano acadêmico. A literatura recente evidencia que a crescente centralidade dos indicadores de produtividade favoreceu a difusão de

uma cultura de performatividade, na qual o reconhecimento profissional passou a depender, em grande medida, da capacidade individual de produzir resultados mensuráveis em prazos cada vez menores (Ball, 2021). Consequentemente, atividades essenciais à missão universitária, como o planejamento pedagógico, a extensão universitária, a formação humana e a reflexão crítica, tendem a ocupar posição secundária diante das exigências relacionadas ao desempenho institucional.

Essa lógica de organização do trabalho encontra respaldo em transformações mais amplas do capitalismo contemporâneo. Conforme argumenta Antunes (2020), a expansão das formas flexíveis de trabalho e a crescente racionalização dos processos produtivos não se restringem aos setores industriais, alcançando também ocupações altamente qualificadas, como a docência universitária. O trabalho intelectual passa a ser submetido aos mesmos princípios de eficiência, competitividade e otimização presentes em outros segmentos econômicos, evidenciando que a universidade também se tornou espaço de disputa entre diferentes projetos de sociedade e distintas concepções acerca da produção do conhecimento.

Outro aspecto recorrente nas pesquisas recentes refere-se à consolidação da universidade como organização intensiva em dados. A ampliação dos sistemas digitais de gestão acadêmica, dos bancos de dados científicos, das plataformas de ensino e dos mecanismos de monitoramento institucional inaugurou novas formas de regulação do trabalho docente. Williamson, Bayne e Shay (2020) destacam que a digitalização da educação superior não representa apenas a incorporação de novas tecnologias ao processo educativo, mas também uma profunda transformação na forma como o trabalho acadêmico é organizado, acompanhado e avaliado. A produção de informações em tempo real amplia a capacidade institucional de monitorar o desempenho docente, mas também intensifica mecanismos de controle e amplia expectativas relacionadas à disponibilidade permanente dos professores.

Nesse contexto, torna-se evidente que a valorização do trabalho docente não pode restringir-se à ampliação da remuneração ou à melhoria das condições materiais de trabalho, embora esses aspectos permaneçam fundamentais. A literatura tem enfatizado que políticas efetivas de valorização exigem abordagem multidimensional, contemplando condições adequadas de infraestrutura, estabilidade profissional, autonomia acadêmica, oportunidades permanentes de desenvolvimento profissional, equilíbrio entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, além da implementação de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde física e mental dos docentes.

No cenário brasileiro, entretanto, permanecem importantes desafios. A persistência de restrições orçamentárias, a heterogeneidade das condições de funcionamento das instituições de ensino

superior, a expansão das demandas administrativas e a intensificação dos processos de avaliação continuam produzindo impactos significativos sobre a organização do trabalho docente. Soma-se a isso a necessidade de responder às rápidas transformações tecnológicas, às novas formas de produção e circulação do conhecimento e às mudanças no perfil dos estudantes universitários, fatores que exigem constante atualização das práticas pedagógicas e ampliação das competências profissionais dos docentes.

Sob essa perspectiva, torna-se necessário compreender o trabalho docente como atividade estratégica para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do país. A valorização da docência universitária deve ser entendida como investimento na qualidade da educação superior, na formação de recursos humanos qualificados e na capacidade nacional de produzir conhecimento socialmente relevante. Isso implica reconhecer que políticas de gestão baseadas exclusivamente em indicadores quantitativos tendem a produzir resultados limitados quando desconsideram a complexidade do trabalho intelectual e as múltiplas dimensões que caracterizam a atividade docente.

Por fim, a revisão realizada permite identificar algumas lacunas que permanecem relativamente pouco exploradas pela literatura nacional. Entre elas, destacam-se os impactos da inteligência artificial sobre a organização do trabalho docente, as novas formas de regulação algorítmica da atividade acadêmica, os efeitos da plataformização da educação superior, as desigualdades de gênero, raça e geração na distribuição das cargas de trabalho e as repercussões da internacionalização sobre a intensificação da produção científica. Esses temas constituem agendas promissoras para pesquisas futuras e poderão contribuir para aprofundar a compreensão das transformações em curso no ensino superior brasileiro.

Dessa forma, a literatura analisada converge ao indicar que o trabalho docente encontra-se inserido em um processo contínuo de reconfiguração, marcado por tensões entre produtividade e qualidade, autonomia e controle, inovação e sobrecarga, flexibilização e proteção social. Compreender essas contradições torna-se fundamental para subsidiar políticas públicas e institucionais voltadas à valorização da docência universitária e ao fortalecimento da universidade como espaço democrático de produção, socialização e transformação do conhecimento.

## 3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio de uma revisão teórica crítica da literatura acerca da precarização, da

flexibilização e da intensificação do trabalho docente no ensino superior brasileiro. A pesquisa fundamenta-se na compreensão de que a revisão da literatura constitui procedimento metodológico indispensável para a sistematização, análise e interpretação crítica do conhecimento produzido sobre determinado objeto de investigação, permitindo identificar convergências, divergências, avanços conceituais e lacunas existentes na produção científica.

Diferentemente de revisões estritamente descritivas, a revisão teórica crítica não se limita à compilação de estudos previamente publicados. Seu propósito consiste em estabelecer diálogo entre diferentes perspectivas teóricas, interpretar os resultados produzidos pela literatura especializada e construir novas possibilidades de compreensão acerca do fenômeno investigado. Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar criticamente as contribuições produzidas por autores nacionais e internacionais que investigam as transformações contemporâneas do trabalho docente, considerando os processos de reorganização do ensino superior, as mudanças nas políticas educacionais e as novas formas de regulação das relações de trabalho acadêmico.

O levantamento bibliográfico concentrou-se em livros, artigos científicos, documentos institucionais e publicações de organismos nacionais e internacionais reconhecidos pela relevância de suas contribuições para os estudos sobre educação superior, políticas educacionais e trabalho docente. Foram priorizadas produções publicadas em periódicos científicos indexados, especialmente aquelas disponibilizadas em bases de dados amplamente utilizadas na pesquisa acadêmica, como SciELO, Web of Science, Scopus, ERIC e Google Scholar. Também foram consultados documentos produzidos por organismos internacionais, entre eles a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), tendo em vista a sua reconhecida contribuição para o debate sobre trabalho, educação e políticas públicas.

Considerando o objetivo da pesquisa, a seleção das referências privilegiou estudos que abordam as categorias analíticas centrais do artigo, compreendendo trabalho docente, precarização, flexibilização, intensificação do trabalho, produtivismo acadêmico, gerencialismo universitário, performatividade, capitalismo acadêmico, transformação digital, plataformização da educação superior e inteligência artificial aplicada às atividades acadêmicas.

A análise do material bibliográfico foi conduzida por meio de leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Inicialmente, realizou-se a identificação das obras mais relevantes para o objeto investigado. Em seguida, procedeu-se à leitura integral dos textos selecionados, buscando identificar conceitos, categorias analíticas, convergências e divergências entre os diferentes

referenciais teóricos. Na etapa seguinte, os estudos foram organizados de acordo com os principais eixos temáticos da pesquisa, permitindo estruturar a discussão em torno das transformações do trabalho docente, da precarização e flexibilização das relações de trabalho, da intensificação das atividades acadêmicas e dos desafios contemporâneos decorrentes da digitalização e da reorganização das universidades.

A interpretação dos resultados fundamentou-se na análise crítica da literatura, compreendendo que a produção científica não constitui um conjunto homogêneo de explicações, mas um campo de disputas teóricas, metodológicas e políticas acerca da universidade e do trabalho docente. Assim, procurou-se estabelecer diálogo entre autores clássicos da área do trabalho e da educação e estudos contemporâneos dedicados às transformações do ensino superior, buscando compreender de que forma as mudanças econômicas, tecnológicas e institucionais influenciam as condições de trabalho, a autonomia profissional e a função social da universidade.

Por fim, ressalta-se que esta pesquisa não pretende esgotar a produção científica existente sobre o tema. Ao contrário, busca oferecer uma síntese analítica e atualizada das principais contribuições disponíveis, evidenciando tendências, permanências e desafios que caracterizam o debate contemporâneo sobre o trabalho docente no ensino superior. Dessa forma, a metodologia adotada mostra-se compatível com os objetivos do estudo, ao possibilitar uma compreensão crítica das transformações que vêm reconfigurando a docência universitária no contexto das mudanças estruturais do mundo do trabalho e das políticas de educação superior.

## 4 DISCUSSÃO CRÍTICA DA LITERATURA

A revisão da literatura realizada neste estudo evidencia que as transformações observadas no trabalho docente no ensino superior brasileiro não podem ser compreendidas de forma isolada ou restritas às mudanças nas condições de trabalho. Os estudos analisados convergem ao indicar que precarização, flexibilização e intensificação constituem dimensões interdependentes de um processo mais amplo de reorganização da universidade contemporânea, influenciado pelas transformações do capitalismo, pela expansão da racionalidade neoliberal, pela adoção de modelos gerenciais de gestão e pela crescente incorporação de tecnologias digitais às atividades acadêmicas.

Embora existam diferentes perspectivas teóricas sobre o tema, observa-se consenso na literatura quanto ao fato de que o trabalho docente passou a assumir um conjunto cada vez mais amplo de responsabilidades, extrapolando as funções tradicionais de ensino, pesquisa e extensão. A ampliação

das exigências institucionais, a consolidação de sistemas de avaliação por desempenho, a valorização da produtividade científica e a expansão de mecanismos de controle e monitoramento modificaram significativamente a organização do trabalho acadêmico, produzindo impactos sobre a autonomia profissional, a identidade docente e as condições de realização da atividade universitária.

Ao mesmo tempo, as pesquisas recentes demonstram que essas transformações foram intensificadas pela expansão das tecnologias digitais e pelas mudanças ocorridas após a pandemia da COVID-19, que aceleraram processos de digitalização, plataformização e reorganização das práticas acadêmicas. Nesse cenário, a universidade passou a operar em um ambiente caracterizado por tensões permanentes entre autonomia e controle, cooperação e competitividade, qualidade acadêmica e produtividade mensurável, exigindo novas competências profissionais e novas formas de organização do trabalho docente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão teórica crítica, os processos de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho docente no ensino superior brasileiro, evidenciando suas principais características, condicionantes e implicações para a organização do trabalho acadêmico na contemporaneidade. A análise da literatura permitiu compreender que tais fenômenos não constituem processos isolados, mas expressões complementares das profundas transformações ocorridas nas relações de trabalho e nas políticas educacionais nas últimas décadas, especialmente em decorrência da incorporação de princípios gerenciais e da racionalidade neoliberal à gestão das instituições de ensino superior.

A revisão realizada demonstrou que o trabalho docente passou por uma significativa ampliação de suas atribuições, deixando de estar restrito às atividades tradicionais de ensino e pesquisa para incorporar responsabilidades relacionadas à extensão universitária, à gestão acadêmica, à internacionalização, à inovação, à captação de recursos e ao atendimento de exigências cada vez mais rigorosas dos sistemas de avaliação institucional. Esse processo contribuiu para redefinir a identidade profissional do docente universitário, ampliando a complexidade da atividade acadêmica e intensificando as exigências intelectuais, administrativas e emocionais inerentes ao exercício da docência.

Os estudos analisados também evidenciam que a precarização do trabalho docente ultrapassa a dimensão contratual, manifestando-se por meio da fragilização das condições de trabalho, da

ampliação da insegurança profissional, da intensificação da carga laboral e da crescente limitação da autonomia acadêmica. A flexibilização das relações de trabalho, associada à diversificação dos vínculos profissionais e à expansão de mecanismos gerenciais de controle, reforça processos de segmentação da carreira docente e amplia desigualdades internas entre profissionais submetidos a diferentes regimes de contratação e condições institucionais.

No que se refere à intensificação do trabalho docente, verificou-se que a literatura converge ao apontar o produtivismo acadêmico, a cultura da performatividade e a expansão dos sistemas de avaliação por indicadores como elementos centrais na reorganização do trabalho universitário. A valorização crescente da produtividade científica, associada à necessidade permanente de atualização tecnológica e ao uso intensivo de plataformas digitais, ampliou significativamente o volume e a complexidade das atividades desenvolvidas pelos docentes, tornando cada vez mais difusas as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de vida pessoal.

Outro aspecto relevante identificado ao longo desta revisão refere-se aos impactos das transformações tecnológicas sobre a docência universitária. A digitalização da educação superior, intensificada durante e após a pandemia da COVID-19, consolidou novas formas de organização do trabalho acadêmico mediadas por plataformas digitais, sistemas informatizados de gestão e ambientes virtuais de aprendizagem. Paralelamente aos avanços proporcionados por essas tecnologias, observa-se o surgimento de novos desafios relacionados à conectividade permanente, à ampliação das demandas institucionais, à governança baseada em dados e à crescente incorporação de ferramentas de inteligência artificial no cotidiano universitário. Esses processos indicam que as transformações do trabalho docente permanecem em curso e exigirão permanente acompanhamento por parte da comunidade científica.

A literatura analisada também evidencia que a valorização do trabalho docente não pode ser compreendida exclusivamente sob a perspectiva remuneratória ou contratual. A melhoria das condições de trabalho demanda políticas institucionais capazes de promover equilíbrio entre ensino, pesquisa, extensão e gestão, fortalecimento da autonomia universitária, redução da sobrecarga administrativa, investimentos em infraestrutura, formação continuada, apoio à saúde física e mental dos docentes e construção de ambientes organizacionais pautados pela cooperação, pelo reconhecimento profissional e pelo compromisso com a qualidade da educação superior.

Embora esta pesquisa tenha possibilitado uma ampla sistematização da produção científica sobre a temática, algumas limitações devem ser reconhecidas. Por tratar-se de uma revisão teórica, as

análises apresentadas fundamentam-se na literatura especializada e não contemplam investigação empírica acerca das experiências vivenciadas pelos docentes em diferentes instituições de ensino superior. Além disso, considerando a dinâmica das transformações tecnológicas e das políticas educacionais, novas pesquisas poderão ampliar a compreensão dos fenômenos aqui discutidos mediante abordagens comparativas, estudos longitudinais e investigações empíricas desenvolvidas em distintos contextos institucionais.

Como sugestão para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de aprofundar estudos sobre os impactos da inteligência artificial generativa na atividade docente, os efeitos da plataformização da educação superior sobre as relações de trabalho, as novas formas de regulação algorítmica da produção acadêmica, bem como as desigualdades relacionadas a gênero, raça, geração e área do conhecimento na distribuição das cargas de trabalho e nas oportunidades de desenvolvimento profissional. Esses temas representam importantes desafios para a pesquisa educacional e tendem a ocupar posição cada vez mais relevante no debate sobre o futuro da universidade.

Conclui-se, portanto, que a precarização, a flexibilização e a intensificação do trabalho docente constituem dimensões indissociáveis de um processo mais amplo de reorganização das relações de trabalho no ensino superior brasileiro. Compreender essas transformações é condição indispensável para subsidiar a formulação de políticas públicas e institucionais comprometidas com a valorização da carreira docente, com a promoção de condições dignas de trabalho e com o fortalecimento da universidade como espaço de produção científica, formação crítica e desenvolvimento social. Em um contexto marcado por rápidas mudanças tecnológicas, novas formas de gestão e crescentes demandas por desempenho, a defesa do trabalho docente emerge não apenas como uma questão corporativa, mas como um requisito essencial para a garantia da qualidade da educação superior e para o cumprimento da função social da universidade.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. Educação & Sociedade, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.

BALL, Stephen J. The Education Debate. 4. ed. Bristol: Policy Press, 2021.

BRASIL. Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 31 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em: 24 mai. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 dez. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8745cons.htm. Acesso em: 24 mai. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 24 mai. 2026.

CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. Preditores da síndrome de burnout em professores. Psicologia Escolar e Educacional, Campinas, v. 11, n. 1, p. 101-110, 2007.

CUNHA, Maria Isabel da. Docência na universidade: cultura e avaliação institucional. Campinas: Papirus, 2011.

DALL ROSSO, Sadi. Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 111, p. 37-60.

FANFANI, Emilio Tenti. La condición docente. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. Trabalho imaterial e trabalho docente no capitalismo contemporâneo. Revista Trabalho Necessário, Niterói, v. 16, n. 31, p. 40-61, 2018.

HIPÓLITO, Álvaro Moreira. Reestruturação educativa e trabalho docente. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 112, p. 1337-1358, 2010.

IVANCHEVA, Mariya *et al.* Putting the university to work: the subsumption of academic labour in the UK's shift to digital higher education. New Technology, Work and Employment, v. 37, n. 3, p. 381-397, 2022. DOI: 10.1111/ntwe.12237.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (org.). Capitalismo, trabalho e educação. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 77-96.

MANCEBO, Deise. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e produtividade acadêmica. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 466-480, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre o trabalho docente. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 44, p. 209-227, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). World Employment and Social Outlook: Trends 2022. Geneva: International Labour Office, 2022. Disponível em: https://www.ilo.org/publications/world-employment-and-social-outlook-trends-2022. Acesso em: 10 jun. 2026.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. Docência no ensino superior. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-180, 2007.

UNESCO. Reimagining our futures together: a new social contract for education. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379707. Acesso em: 04 jul. 2026.

WILLIAMSON, Ben; BAYNE, Sian; SHAY, Suellen. The datafication of teaching in higher education: critical issues and perspectives. Teaching in Higher Education, v. 25, n. 4, p. 351-365, 2020. DOI: 10.1080/13562517.2020.1748811.